



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/04/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. CONVÊNIOS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. COMARCAS.....	3 - 4
2.3. DECISÕES.....	5
2.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	6
2.5. JUÍZES.....	7
2.6. SEM ASSUNTO.....	8 - 9
2.7. VARAS CRIMINAIS.....	10
3. JORNAL EXTRA	
3.1. SEGURANÇA.....	11
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CONVÊNIOS.....	12
4.2. DECISÕES.....	13 - 14
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	15
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	16
6.2. CONVÊNIOS.....	17
6.3. DECISÕES.....	18 - 19
6.4. DESEMBARGADORES.....	20 - 21
6.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	22
6.6. SEGURANÇA.....	23
6.7. VARAS CRIMINAIS.....	24 - 25

▶ **CAPACITAÇÃO**



DIVULGAÇÃO/ASCOM

tiça, Ministérios e defensores públicos com o objetivo de consolidar a rede de serviços públicos à disposição das mulheres em situação de violência.

Durante a cerimônia de abertura do evento a secretária-adjunta da Semu, Crisális Fonseca, ressaltou o trabalho que a Secretaria de Estado da Mulher vem realizando nos 217 municípios maranhenses. "Estamos desempenhando um trabalho permanente de advocacy com as mulheres pelos municípios que passamos e como resposta a esse trabalho temos recebido visitas frequentes de prefeitos, secretários e assessores com o intuito de levarem para seus municípios capacitações como essas", diz Crisális.

**ESTATÍSTICAS**

Os índices são altos, mas a luta é constante. Somente no ano de 2012, destaca-se o município de Açailândia (21ª posição - pop. Feminina = 51.932 - taxa = 13,5); Balsas (34ª posição - pop. Feminina = 41.954 - taxa = 11,9); Santa Luzia (88ª posição - pop. Feminina = 36.344 - taxa = 8,3).

Já São Luís, ocupava na época a 12ª posição com uma taxa de 6,3 homicídios em cada 100 mil mulheres. Isso considerando como taxas acima de oito homicídios a cada 100 mil mulheres.

**CAPACITAÇÃO JÁ FOI OFERECIDA EM OUTROS MUNICÍPIOS DO MARANHÃO**

**Semu capacita mulheres sobre violência de gênero**

Disseminar, discutir, compartilhar e, principalmente, fortalecer os grupos de mulheres sobre violência de gênero é o objetivo da capacitação oferecida pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu). O evento, que teve início nesta quarta-feira (3), no Praia Mar Hotel, tem como meta capacitar 40 mulheres somente aqui na capital. Esta

capacitação já foi oferecida nos municípios de Imperatriz e Caxias, totalizando mais de 120 mulheres qualificadas nesse quesito.

Essa ação faz parte do Pacto Nacional de Violência contra as Mulheres que consiste em um acordo entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), Tribunais de Jus-

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) informa que está investindo recursos da ordem de R\$ 94 milhões na implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe).

## Seleção

**RIACHÃO** - A Comarca de Riachão abriu edital convocando entidades públicas ou privadas, com finalidade social comprovada, a participarem de processo seletivo para obtenção de recursos financeiros arrecadados durante o ano de 2013. O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da comarca, baseou-se no Provimento 10/2012, da Corregedoria Geral de Justiça. O prazo para inscrição será até o dia 15 e os projetos deverão ser apresentados de forma impressa. A entidade deverá ter finalidade social, relativa à segurança pública, ressocialização de presos, assistência de vítimas de crimes, educação ou saúde.

# Comarca vai selecionar projetos em Olho d'Água

## **OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS -**

Estarão abertas até o dia 22 deste mês, na Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, as inscrições para o processo seletivo voltado às instituições, públicas ou privadas, que realizam trabalhos sociais. A juíza Mirella César Freitas, titular da comarca, publicou edital para selecionar projetos que receberão recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena.

No edital, algumas exigências para que a instituição possa participar da seleção: ser entidade pública ou privada com comprovada finalidade social; estar sediada no município; estar regularmente constituída há pelo menos um ano; ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou de crimes praticados contra a administração pública.

Os interessados em participar do certame deverão apresentar a seguinte documentação: projeto a ser desenvolvido no âmbito da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, com atividades de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos; certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, da Comarca de Olho d'Água da Cunhãs.

## Rápida

### Decisão

**O Município** de São Luís deverá fornecer cópias dos contratos publicitários e dos processos licitatórios que os precederam a um advogado que deseja analisar e tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público. A decisão é da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O advogado Aristóteles Duarte Ribeiro impetrou mandado de segurança contra ato do Executivo, informando que teve negada a solicitação dos documentos referentes ao ano de 2010. Ele alegou o direito constitucional de todo cidadão de obter informações da administração pública, sejam individuais ou de interesse geral, a fim de possibilitar o controle popular e a democracia.

# Falta de fiscalização dos apenados aumenta criminalidade, afirma juiz

Consequência dessa situação é a alta taxa de reincidência no sistema prisional da cidade, semelhante à nacional, que é de 70%

**Thiago Bastos**  
Da equipe de **O Estado**

O juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas de Melo Martins, afirmou que a falta de fiscalização dos presos beneficiados com progressões de pena, na capital maranhense, gera a alta taxa de reincidência no sistema prisional da cidade, semelhante à nacional, que é de 70%. Em consequência, eleva os índices de criminalidade. Ainda segundo ele, as atividades desenvolvidas por cerca de dois mil presos que cumprem regimes semiaberto (à espera da prisão domiciliar), aberto (em que o apenado trabalha durante o dia, e recolhe-se no período noturno em uma casa de albergado) e livramento condicional (liberdade antecipada, mediante condições pré-estabelecidas) não são verificadas, especialmente pelo poder Executivo.

Ainda de acordo com o juiz, presos de baixa periculosidade, ou seja, aquelas que estão cumprindo penas alternativas em ins-

tituições públicas, são mais fiscalizados do que aqueles que cometeram crimes mais graves, como homicídio, por exemplo. Para justificar o argumento, o juiz citou a situação da Casa do Albergado dos presos do regime aberto, em São Luís, localizada na rua do Sol, Centro.

"No momento, a capital maranhense tem mil presos em cumprimento de pena em regime aberto. No entanto, a Casa do Albergado, que deveria receber estes presos à noite, tem apenas sessenta vagas. Como não seria possível abrigar todos no local, foi necessário conceder prisão domiciliar a vários presos, exceto àqueles que foram enquadrados na Lei Maria da Penha", disse o juiz.

O juiz afirmou ainda que, ao contrário do que grande parte da população pensa, o Brasil é um dos países com maior registro de prisões. "O país é o quarto do mundo que mais efetua prisões, ou seja, quando a população diz que a lei não prende isso não é verdade. No entanto, é preciso se pensar mais e in-



Douglas de Melo Martins, juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais

vestir na recuperação dessas pessoas condenadas por crimes, para que não cometam outros delitos e sejam devolvidos à sociedade", disse o juiz.

Sobre possíveis soluções para a falta de fiscalização dos presos beneficiados com progressão de pena, na capital maranhense, o juiz disse que é necessário investir em preparação de profissionais. "Se isso for feito, seriam gastos aproximadamente R\$ 30 mil e haveria como fazer a verificação da idoneidade dos presos durante o dia. Como isso não há, ainda são escolhidas ações onerosas e com pouca eficácia. Um

exemplo disso foi a ideia de colocar tornozeleiras nos presos. Por mês, seria gasto somente em São Luís, caso adotada essa medida, mais de R\$ 1 milhão por mês. Seria muito para pouca solução", disse o juiz.

**Resposta** - O secretário de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchoa, disse que cinco equipes, com três pessoas cada uma, serão criadas nas próximas semanas com o objetivo de efetuar, durante o dia, visitas aos presos beneficiados pelos regimes semiaberto ou aberto.



- **Fonte** da magistratura revela que o juiz Márton Reis vibrou com a decisão do Tribunal de Justiça de determinar o arquivamento de denúncia que o atingia.

# Condenado a 27 anos de reclusão homem que matou empresário em SL

Crime ocorreu em 2009, em frente a uma concessionária no bairro Monte Castelo

Ênio Francisco Araújo Silva foi condenado pelo júri popular a 27 anos, um mês e 15 dias de reclusão pelo assassinato do empresário Edgar Ferreira Fontes, no dia 2 de dezembro de 2009, em frente à Loja Star Veículos, na Avenida Getúlio Vargas, no Monte Castelo, em São Luís. O empresário foi morto com um tiro na cabeça. O autor do disparo já havia sido condenado a 20 anos de reclusão por outro crime de homicídio praticado em Imperatriz, quando morava naquela cidade.

A pena pelo assassinato do empresário será cumprida em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. Ênio Francisco Araújo já estava preso no Centro de Detenção Provisória. O juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Gilberto de Moura Lima, que presidiu o julgamento, na quarta-feira (3), negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade, mantendo sua prisão preventiva, anteriormente decretada.

Interrogado durante a sessão do júri, o acusado negou ter assassinado o empresário. Os jura-

dos afastaram a tese de negativa de autoria sustentada pelo advogado de defesa Dagoberto Nava da Silva e condenaram Ênio Francisco Araújo pela morte do empresário. A acusação ficou com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis

A vítima era proprietária de uma concessionária de veículos em São Luís e, no momento do crime, por volta das 8h50, falava ao celular, na porta de sua loja, no Monte Castelo, quando foi surpreendido pelo autor do crime. Edgar Ferreira Fontes, de 42 anos, era casado e tinha filhos pequenos. Ênio Francisco Araújo, de 34 anos, natural de Imperatriz, morava no bairro Areinha, em São Luís, na época do assassinato.

Na sentença, o juiz Gilberto de Moura Lima afirma que Ênio Francisco Araújo praticou o crime com frieza. Segundo a denúncia do Ministério Público, o acusado estacionou o carro na Rua Raimundo Correia, atravessou a Avenida Getúlio Vargas, surpreendendo o empresário no momento em que a vítima falava ao telefone. O magistrado registra na sentença que o acusado "revela ter personalidade deturpada, uma vez que se mostra inadequado ao convívio social, dada a sua maldade e insensibilidade acentuada utilizada na consecução do delito".

# Tribunais do país não conseguem cumprir a meta de julgamentos

No ano passado, o total de casos julgados foi menor do que o de processos recebidos

**BRASÍLIA** - A quantidade de novos processos recebidos pelos tribunais, em 2012, superou o número de processos julgados na maioria dos órgãos do Poder Judiciário. Apenas 27% dos tribunais julgaram mais processos do que receberam e cumpriram a Meta 1 estabelecida pelo Judiciário em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Encontro Nacional ocorrido em novembro de 2011, em Porto Alegre. O compromisso do Judiciário era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012" (sic), de forma a reduzir o estoque de processos em tramitação, que supera os 60 milhões.

Os tribunais informaram ao CNJ que receberam, no ano passado, 20,5 milhões de processos novos (2,9 milhões deles na área criminal) e julgaram 18,5 milhões (2,4 milhões de processos criminais). Com isso, houve um acréscimo de dois milhões no estoque de processos em andamento. Na verificação do cumprimento das

metas do Poder Judiciário, são contados apenas os processos originais, sem considerar os diversos incidentes, como agravo de instrumento, possíveis na tramitação do feito (já a pesquisa Justiça em Números conta todos os incidentes).

O número total de julgamentos corresponde a 90% da quantidade de processos novos. Entre os tribunais superiores, o Superior Tribunal de Justiça ficou próximo da meta, atingindo 99,27% de cumprimento (recebeu 288,2 mil processos e julgou 286,1 mil). O Tribunal Superior do Trabalho atingiu 93,43% (recebeu 202,2 mil processos e julgou 188,9 mil). Já o Superior Tribunal Militar superou a meta em 13,5% (recebeu 933 casos no ano e julgou 1.060).

Dos cinco tribunais regionais federais, dois superaram a meta: o TRF da 2ª Região (2,12% acima da meta) e o TRF da 3ª Região (5,7% a mais). O Tribunal Regional Federal da 1ª Região atingiu 91,25% da meta, o da 4ª cumpriu 90%, e o da 5ª atingiu 96,21%. Na Justiça do Trabalho, sete tribunais superaram a meta, ou seja, julgaram mais processos que receberam. Esse resultado foi registrado nos TRTs da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 16ª e 23ª Regiões.

## Custas

**BRASÍLIA** - O andamento do anteprojeto de lei no Supremo Tribunal Federal (STF) para regulamentar a cobrança de custas dos serviços forenses em todo o Brasil foi um dos destaques da 166ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado terça-feira, na sede do CNJ, em Brasília (DF). Na pauta, foram previstos 86 itens entre Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs), Pedidos de Providências (PPs) e Procedimentos de Controle Administrativos (PCAs).

## Comandante do Corpo de Bombeiros visita TJMA

O comandante geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel João Vanderley Costa Pereira, conversou, nesta quinta-feira (4), com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, sobre projetos para uma brigada de incêndio no prédio sede do TJMA, no Fórum de São Luís (Calhau) e fóruns do interior onde há grupamentos do Corpo de Bombeiros, a exemplo de Pinheiro, Barreirinhas, Imperatriz, Estreito, Balsas, Caxias, e Timon. A reunião contou com

a presença da equipe da Corporação que está a serviço da Justiça Estadual.

O coronel defendeu, ainda, treinamento do pessoal para melhor qualificação no exercício de funções no Judiciário. O presidente prometeu apoio às duas medidas. O comandante prometeu kits de primeiros socorros a todos. Desde que assumiu o comando da CBMMA, em 1º de março deste ano, coronel Vanderley Pereira tem estreitado as relações institucionais dos Bombeiros com outros órgãos.

## PARCERIA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Guerreiro Júnior, recebeu ontem (4) a secretária da Criança e Assistência Social, Deborah Baesse. No encontro de trabalho a gestora reforçou a importância de parceria do Executivo Municipal com o Judiciário, a partir da reordenação de termos de cooperação técnica entre o Tribunal e a Secretaria da Criança e Assistência Social (Semcas). Guerreiro Júnior afirmou que o TJMA está à disposição para contribuir com o trabalho do município, e que a Semcas pode contar com essa parceria que busca melhorias na execução da política de assistência social.

## ÚLTIMAS

# Tribunal de Justiça do Maranhão arquiva reclamação contra juízes

No pedido de providências, a Corregedoria Nacional requereu o aprofundamento das investigações contra os acusados relativas a cinco processos de 2010, que não teriam sido suficientemente esclarecidos em investigação anterior, resultando no arquivamento das denúncias. **(Página 08)**

## 'INOCENTADOS'

# Tribunal de Justiça do MA arquiva reclamação contra juízes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) arquivou, por maioria de votos, processo de Reclamação Disciplinar da Corregedoria Nacional de Justiça contra os juízes Márlon Reis (2ª Vara de João Lisboa), Ana Lucrécia Sodré (1ª Vara Cível de Imperatriz), Armindo Reis (2ª Vara de Porto Franco), acusados da prática de atos supostamente irregulares no exercício do cargo.

No pedido de providências, a Corregedoria Nacional requereu o aprofundamento das investigações contra os acusados relativas a cinco processos de 2010, que não teriam sido suficientemente esclarecidos em investigação anterior, resultando no arquivamento das denúncias.

A Reclamação foi apreciada pelo colegiado do TJMA em 6 de março, quando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones

Cunha, votou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar as reclamações contra os três magistrados. Na sessão de quarta-feira (3), os desembargadores decidiram, por maioria, e seguindo o voto divergente do desembargador Bayma Araújo, pelo arquivamento da Reclamação.

**ACUSAÇÃO** - Na Reclamação, o juiz Márlon Reis foi acusado de praticar atos processuais em audiências relativas a 4 processos de Juizado Especial Cível de Montes Altos, fora da sua área de jurisdição e quando estava de férias e em visita à comarca, da qual era titular a juíza Ana Lucrécia, sua esposa.

Já o juiz Armindo Reis foi acusado de receber pagamento por decisão judicial, conceder cautela de armas a policiais militares de forma ilegal e proferir

decisões tardias em processos de comarca pela qual respondia, fora do prazo de sua designação como juiz substituto, causando reclamações às partes.

**DEFESA** - Os advogados dos juízes, Pedro Mascarenhas (Márlon Reis e Ana Lucrécia) e Charles Dias (Armindo Reis), ocuparam a tribuna em defesa dos acusados. Segundo Mascarenhas, um erro na marcação das audiências pela Secretaria do Juizado causou o congestionamento da pauta, o que levou o juiz Márlon Reis a colaborar para o andamento dos processos, ouvindo as partes e encaminhando para a instrução os casos em que não houve acordo, com a finalidade de evitar a remarcação das audiências.

O advogado Charles Dias argumentou que a acusação de recebimento de vantagem finan-

ceira em processo de anulação de escritura deve-se à insatisfação de um pecuarista que adquiriu fazenda e não honrou compromissos assumidos, levando os proprietários a requerer a anulação do negócio, obtendo decisão cautelar favorável do juiz, o que teria contrariado o comprador.

Em relação ao acautelamento de armas, o advogado disse que a situação da criminalidade e de tráfico de drogas na comarca de Montes Altos justificou a predominância do interesse público em relação à formalidade legal. E que não teria sido demonstrado na investigação haver pretensão do juiz em atender ao interesse de uma ou outra parte envolvida nos processos ou qualquer prejuízo às partes em geral com a demora nas decisões.



- 1** A novela sobre a lista sêxtupla da Seccional Maranhense da OAB para a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça ganhou novo capítulo. Anteontem, os conselheiros da entidade se reuniram e julgaram três recursos dos advogados Samir Murad, Walney de Abreu Oliveira e Daniel Leite. Os dois primeiros foram indeferidos a concorrer a vaga no TJ, enquanto o último teve o nome deferido.

---

- 2** A alegação sobre Samir é a mesma anterior: como cunhado da governadora Roseana Sarney se caracterizaria nepotismo, caso seja incluído na lista tríplice do TJ e acabe nomeado desembargador. A discussão já vem rolando desde 2012, quando três vagas no TJ foram declaradas abertas, sendo uma à categoria de advogado, pelo critério do Quinto Constitucional. Tudo indica que Samir recorra à Justiça Federal.

## Comarca de Santo Antônio dos Lopes está sem comunicação

A Comarca de Santo Antônio dos Lopes está sem comunicação. O problema ocorre porque a empresa de telefone Oi ainda não realizou a instalação das linhas telefônicas e o link de internet no prédio onde o fórum da comarca passou a funcionar nesta semana. A mudança ocorreu nos dias 24 e 25 de março.

Segundo informações da comarca, que tem como titular o juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa, a Oi tinha um prazo de 45 dias para

fazer o serviço. O prazo já se esgotou e a empresa pediu mais 10 dias para resolver o problema. O setor de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão já foi comunicado sobre o problema e cobra a instalação das linhas diariamente, segundo a secretária judicial de Santo Antônio dos Lopes.

O fórum da comarca está funcionando provisoriamente na Rua Duque de Caxias, nº 8, Centro, até que a reforma no prédio oficial do fórum seja concluída.

## *TJ e Semcas reforçam importância de parcerias*

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Guerreiro Júnior, recebeu nesta quinta-feira (4) a secretária da Criança e Assistência Social, Deborah Baesse. No encontro de trabalho a gestora reforçou a importância de parceria do Executivo Municipal com o Judiciário, a partir da reordenação de termos de cooperação técnica entre o Tribunal e a Secretaria da Criança e Assistência Social (Semcas).

Guerreiro Júnior afirmou que o TJ-MA está à disposição para contribuir com o trabalho do município, e que a Semcas pode contar com essa parceria que busca melhorias na execução da política de assistência social, a exemplo do que aconteceu em maio de 2012.

Na época, e já na gestão do presidente, o Judiciário estadual se tornou a primeira Corte do Nordeste, e a quarta do Brasil, a assinar ato e recomendação que proíbe a concessão de alvará que “legaliza” o trabalho de menores de 16 anos. A medida foi oficializada com representantes do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

# TJ-MA ARQUIVA PROCESSO DA CORREGEDORIA NACIONAL CONTRA JUÍZES MARANHENSES

PÁGINA 2

# Tribunal de Justiça arquiva reclamação contra juízes

O Tribunal de Justiça arquivou, por maioria de votos, processo de Reclamação Disciplinar da Corregedoria Nacional de Justiça contra os juízes Márlon Reis (2ª Vara de João Lisboa), Ana Lucrécia Sodré (1ª Vara Cível de Imperatriz), Armino Reis (2ª Vara de Porto Franco), acusados da prática de atos supostamente irregulares no exercício do cargo.

No pedido de providências, a Corregedoria Nacional requereu o aprofundamento das investiga es contra os acusados relativas a cinco processos de 2010, que não teriam sido suficientemente esclarecidos em investiga o anterior, resultando no arquivamento das denúncias.

A Reclama o foi apreciada pelo colegiado do TJ-MA em 6 de março, quando o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, votou pela instaura o de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar as reclama es contra os três magistrados. Na sessão de quinta-feira (3), os desembargadores decidiram, por maioria, e seguindo o voto divergente do desembargador Bayma Araújo, pelo arquivamento da Reclama o.

**Acusa o** – Na Reclama o, o juiz Márlon Reis foi acusado de praticar atos processuais em audiências relativas a 4 processos de Juizado Especial Cível de Montes Altos, fora da sua área de jurisdi o e quando estava de férias e

em visita   comarca, da qual era titular a juíza Ana Lucrécia, sua esposa.

Já o juiz Armino Reis foi acusado de receber pagamento por decisão judicial, conceder cautela de armas a policiais militares de forma ilegal e proferir decisões tardias em processos de comarca pela qual respondia, fora do prazo de sua designa o como juiz substituto, causando reclama es às partes.

**Defesa** – Os advogados dos juízes, Pedro Mascarenhas (Márlon Reis e Ana Lucrécia) e Charles Dias (Armino Reis), ocuparam a tribuna em defesa dos acusados. Segundo Mascarenhas, um erro na marca o das audiências pela Secretaria do Juizado causou o congestionamento da pauta, o que levou o juiz Márlon Reis a colaborar para o andamento dos processos, ouvindo as partes e encaminhando para a instru o os casos em que não houve acordo, com a finalidade de evitar a remarca o das audiências.

O advogado Charles Dias argumentou que a acusa o de recebimento de vantagem financeira em processo de anula o de escritura deve-se   insatisfa o de um pecuarista que adquiriu fazenda e não honrou compromissos assumidos, levando os proprietários a requerer a anula o do negócio, obtendo decisão cautelar favorável do juiz, o que teria contrariado o comprador.

## Palestra

Cerca de 200 estudantes de escolas da rede pública e particular de São Luís participam de palestra educativa sobre o Poder Judiciário na segunda-feira (8), às 9h, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão. A palestra – que integra a programação do Bicentenário do TJ-MA – será ministrada pelo desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão Organizadora da Comemoração aos 200 anos.

## *Desembargador Raimundo Barros é eleito membro substituto do TRE*

O desembargador Raimundo Barros foi eleito, ontem (3), em sessão administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na classe de desembargador. A vaga surgiu em decorrência da posse do desembargador Froz Sobrinho nos cargos de vice-presidente e corregedor eleitoral, no dia 25 de fevereiro de 2013.

Eleito com 14 votos dos membros da Corte de Justiça estadual, Raimundo Barros concorreu com os desembargadores Paulo Velten (2 votos), Vicente de Paula Castro (1 voto) e Raimunda Bezerra (1 voto). Barros foi eleito desembargador do TJ-MA no dia 1º de agosto de 2012. Ingressou na magistratura em dezembro de 1986, como juiz titular da comarca de Coelho Neto. Foi promovido, por antiguidade, para as comarcas de Brejo, em 1989; Chapadinha, em 1990; e São Luís, como juiz auxiliar, em 1995.

Em São Luís, exerceu os cargos de juiz do 1º Juizado Especial das Relações de Consumo, integrante da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais e juiz da Central de Inquéritos. Foi titularizado no ano de 2000, na 9ª Vara Criminal, atual 4ª Vara do Tribunal do Júri Popular.

DIVULGAÇÃO



**O desembargador Raimundo  
Barros obteve 14 votos**

Exerceu o cargo de juiz corregedor em 1996; diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa (São Luís) nos anos de 2006, 2007 e 2011. Integrou o TRE do Maranhão como juiz membro, no biênio 2009-2011.

É professor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) desde 1995, onde leciona as disciplinas Direito Processual Penal, Direito Penal e Direito do Consumidor. Professor contratado da Universidade Uni-ceuma, de 2002 a 2012, onde lecionou Direito Penal e Processual Penal.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013  
Processo nº 32202/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05 e nº 3.931/01, dos Decretos Estaduais nº 26.645/10 e nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por Lote (Grupo), Contratação de empresa especializada na prestação de serviço locação de impressoras e envelopadora digitais, novas, de primeiro uso em linha de produção, não podendo ser reconstituído, ou remanufaturado, com assistência técnica, toner, cilindro, e revelador, no dia 18/04/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília),** através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 03 abril de 2013.

**Jonnilson Nogueira dos Passos  
Pregoeiro TJ/MA**



# Comandante dos Bombeiros visita o Tribunal de Justiça

DIVULGAÇÃO

O comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel João Vanderley Pereira, visitou ontem (4) o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), onde conversou com o presidente Antônio Guerreiro Júnior e com a equipe da corporação a serviço da Justiça estadual.

O coronel informou a Guerreiro Júnior e comandados projetos para uma brigada de incêndio no prédio-sede do TJ-MA, no Fórum de São Luís (Calhau) e fóruns do interior onde há grupamentos do Corpo de Bombeiros, a exemplo de Pinheiro, Barreirinhas, Imperatriz, Estreito, Balsas, Caxias, e Timon. Pereira defendeu ainda treinamento do pessoal para melhor qualificação no exercício de funções no Judiciário. O presidente prometeu apoio às duas medidas.

“Atualmente, somos 17 bombeiros que servimos ao Tribunal de Justiça e o Fórum da capital, e este foi o primeiro comandante que



## Vanderley Pereira conversa com Guerreiro Júnior sobre projetos dos Bombeiros para o Tribunal de Justiça do Maranhão

veio nos visitar e saber de nossas necessidades. Estamos muito satisfeitos com essa iniciativa”, disse o 2º sargento BM Luzo. O comandante prometeu kits de primeiros socorros a todos.

Desde que assumiu o comando

da CBMMA– em 1º de março deste ano –, Vanderley Pereira tem se mostrado propenso a estreitar relações institucionais dos Bombeiros com outros órgãos “e, em especial, com a Justiça do Maranhão”, enfatiza.



FOTOS: G. FERREIRA/ARQUIVO

Ênio Francisco, agora condenado, foi preso um dia após a morte de Edgar Fontes, assassinado em frente à sua loja, no Monte Castelo

## Condenado a 27 anos de prisão homem que matou empresário no Monte Castelo

Ênio Francisco Araújo Silva foi condenado pelo júri popular a 27 anos, um mês e 15 dias de reclusão pelo assassinato do empresário Edgar Ferreira Fontes, crime ocorrido no dia 2 de dezembro de 2009, em frente à Loja "Star Veículos", na Av. Getúlio Vargas, Bairro do Monte Castelo. ÚLTIMA PÁGINA

# Condenado a 27 anos de prisão homem que matou empresário no Monte Castelo

FOTOS: G. FERREIRA/ARQUIVO

Ênio Francisco Araújo Silva foi condenado pelo júri popular a 27 anos, um mês e 15 dias de reclusão pelo assassinato do empresário Edgar Ferreira Fontes, crime ocorrido no dia 2 de dezembro de 2009, em frente à Loja "Star Veículos", na Av. Getúlio Vargas, Bairro do Monte Castelo, em São Luís. O empresário foi morto com um tiro na cabeça. O autor do disparo já havia sido condenado a 20 anos de prisão por outro crime de homicídio praticado em Imperatriz, quando morava naquela cidade.

A pena pelo assassinato do empresário será cumprida em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas. Ênio Francisco Araújo já estava preso no Centro de Detenção Provisória (CDP), de Pedrinhas. O juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Gilberto de Moura Lima, que presidiu o julgamento, na última quarta-feira (3), negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade, mantendo sua prisão preventiva, anteriormente decretada.

Interrogado durante a sessão do júri, o acusado negou ter assassinado o empresário. Os jurados afastaram a tese de negativa de autoria sustentada pelo advogado de defesa, Dagoberto Nava da Silva, e condenaram Ênio Francisco Araújo pela morte



Edgar Fontes foi morto quando estava em frente à sua loja, no Monte Castelo



Ênio Francisco foi preso um dia após o crime, e agora condenado

do empresário. A acusação ficou com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis

A vítima era proprietária de uma concessionária de veículos em São Luís e, no momento do crime, por volta das 8h50, falava ao celular, na porta de sua loja, no Monte Castelo, quando foi surpreendido pelo autor do crime. Edgar Ferreira Fontes, 42 anos, era casado e tinha filhos pequenos. Ênio Francisco Araújo, 34 anos, casado, natural de Imperatriz (MA), morava no Bairro Areinha, em São Luís, na época do assassinato.